

ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES

Pelo presente instrumento particular,

SERRA DA MESA ENERGIA S.A., doravante designada simplesmente **EMISSORA**, companhia aberta com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na rua Mena Barreto, nº 143/7º andar, inscrita no CGC/MF sob o nº 00.095.147/0001-02, devidamente representada na forma do seu estatuto social,

EMITE, como de fato emitido tem, a 6ª emissão de 170.000 (cento e setenta mil) debêntures conversíveis em ações, em série única, doravante designadas, quando referidas em conjunto, como “DEBÊNTURES”, intervindo, na qualidade de **AGENTE FIDUCIÁRIO** e assim doravante designada, a

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na rua Sete de Setembro, nº 99/16º andar, inscrita no CGC/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, devidamente representada na forma de seu estatuto/contrato social,

comparecendo, ainda, como intervenientes, **DOC. 4 PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231/27º andar - parte, inscrita no CGC/MF sob o nº 02.150.153/0001-40, e **VBC ENERGIA S.A.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Funchal, nº 160, Vila Olímpia, inscrita no CGC/MF sob o nº 01.928.820/0001-00,

Submetendo-se a 6ª emissão às seguintes cláusulas e condições:

I - AUTORIZAÇÃO

Apresente escritura é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da **EMISSORA**, realizada em 12 de dezembro de 1997, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Comércio.

II - REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão das debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nºs 6.385/76 e 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares em vigor.

III - REGISTRO DA PRESENTE ESCRITURA

A presente escritura de emissão será registrada no competente registro de imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro.

IV - EMISSÃO

1. **Valor da emissão e divisão em séries:** A 6ª emissão monta a R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), em série única de 170.000 (cento e setenta mil) debêntures conversíveis em ações preferenciais de classe B.

2. **Forma:** As debêntures será nominativas, sem emissão de cautelas, para serem negociadas junto SND (Serviço Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos).

3. **Valor Nominal:** As debêntures da 6ª emissão terão o valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

4. **Preço de subscrição e integralização:** As debêntures da 6ª emissão serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido da aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil acrescido de um "spread" de 2,5% (dois e meio por cento) ao ano, calculados *pro rata tempore* desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, ou mediante compensação de créditos detidos pelo subscritor, no ato da subscrição.

5. **Modo de colocação:** As debêntures da 6ª emissão serão objeto de colocação pública, com a intermediação de instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado, de acordo com o disposto no art. 33 da Instrução CVM nº 13/80, contemplando atendimento prioritário aos acionistas, ficando autorizada a Diretoria da companhia a contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para realizar a colocação pública das debêntures, após o registro de emissão na **CVM - Comissão de Valores Mobiliários**.

6. **Espécie:** As debêntures da 6ª emissão são da espécie com garantia real, constituída: (i) pelo penhor de 3.591.801.554 (três bilhões, quinhentos e noventa e um milhões, oitocentos e um mil, quinhentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias de emissão da Companhia paulista de Força e Luz - CPFL, de propriedade de **DOC 4 Participações S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231/27º andar - parte, inscrita no CGC/MF sob

o nº 02.150.153/0001-40; (ii) pelo penhor das 1.083.269 (um milhão, oitenta e três mil, duzentas e sessenta e nove) ações ordinárias da **EMISSORA**, representativas, de 99,9999 (noventa e nove inteiros e nove mil, novecentos e noventa e nove décimos milésimos por cento) de seu capital social e, ainda, (iii) pela fiança a ser prestada por **VBC ENERGIA S.A.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Funchal, nº 160, Vila Olímpia, inscrita no CGC/MF sob o nº 01.928.820/0001-00

7. Tipo: As debêntures da 6ª emissão são emitidas sem ágio ou deságio sobre o valor nominal.

8. Data de emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures da 6ª emissão é o dias 10 de dezembro de 1997.

9. Vencimento: A data de vencimento das debêntures da 6ª emissão é o dia 10 de dezembro de 2007.

10. Juros Remuneratórios - 10.1. As debêntures da 6ª emissão pagarão juros anualmente, correspondendo à taxa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), a título de “spread”, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, observada a seguinte sistemática:

I. Quando a TJLP for superior a 6% (seis por cento) ao ano:

a) O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado dia a dia, durante a vigência da presente emissão e no seu vencimento ou liquidação, e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor das debêntures, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

TC = $[(1 + TJLP)/1,06]^n - 1$, onde:

TC - termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou passa resultar alteração do saldo devedor das debêntures da 6ª emissão.

b) A taxa de juros remuneratórios acima da TJLP (“spread”) de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos) ao ano, referida no “caput” deste item, acrescida da parcela

não capitalizada da TJLP de 6% (seis por cento) ao ano, incidirá sobre saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros adiante fixadas ou na data de vencimento ou liquidação das debêntures, observado o disposto na alínea “a”, considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

II - Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano:

A taxa de juros remuneratórios acima da TJLP (“spread”) de 2,5 % ao ano, referida no “caput” deste item, acrescida da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros adiante fixadas ou na data de vencimento ou liquidação das debêntures, sendo considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

O montante referido na alínea “a” do inciso I, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de amortizações programadas.

O montante apurado nos termos da alínea “b” do inciso I ou nos termos do inciso II, será exigível anualmente, no vencimento ou liquidação das debêntures, na conversão das debêntures em ações, e, proporcionalmente, juntamente com as parcelas de resgate obrigatório.

Os juros capitalizados serão agregados ao valor nominal da debêntures para o cálculo do pagamento dos títulos em qualquer evento de liquidação.

Os juros serão calculados *pro rata tempore* por ocasião da conversão das debêntures em ações, quando esta ocorrer fora das datas de vencimento dos juros e/ou resgate obrigatório.

Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo de Participação PIS-PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT, a remuneração prevista neste item poderá, a critério do debenturista, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelos debenturistas, que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores.

12. Juros moratórios: A taxa de juros será elevada em 1% (hum por cento) ao mês, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impontualidade da **EMISSORA** no pagamento dos juros ou do principal reajustado das debêntures, nas épocas em que for devido, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização desta obrigação, incidente sobre as parcelas não pagas, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures, referido no item “14” infra.

13. Amortização Programada: 13.1. As debêntures da 6ª emissão terão seu valor do principal amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais, correspondentes, cada uma a 20% (vinte por cento) do valor nominal na data da emissão acrescida da parcela capitalizada da TJLP, exigíveis, juntamente com as parcelas de juros, vencendo a primeira ao término do 6º ano, contado esse prazo da data de emissão, e a última na data de vencimento das debêntures, observado o seguinte cronograma:

DATA	PARCELA DE AMORTIZAÇÃO	VALOR DA AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL DE EMISSÃO
01/12/2003	20%	200
01/12/2004	20%	200
01/12/2005	20%	200
01/12/2006	20%	200
01/12/2007	20%	200

14. Vencimento Antecipado: 14.1. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures da 6ª emissão e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** do valor nominal acrescido da parcela capitalizada da TJLP, calculada *pro rata tempore* até a data de seu efetivo pagamento, acrescido, ainda, do “spread” aplicável e prêmio, se houver, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA**; (ii) pedido de concordata preventiva formulada pela **EMISSORA**; (iii) liquidação ou declaração de falência da **EMISSORA**; (iv) falta de cumprimento pela **EMISSORA** de qualquer obrigação prevista na presente emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito que lhe for feito pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**; (v) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da **EMISSORA** previstas na presente emissão; (vi) redução de participação no capital votante ou desvinculação de qualquer dos acionistas que compõem o grupo de controle da **EMISSORA**, salvo se autorizado, expressamente, pelos debenturistas; e (vii) no caso de descumprimento de qualquer das obrigações do acionista controlador ora indicadas: a) a acionista controladora da **EMISSORA** se obriga a somente investir nos setores de energia elétrica, gás e saneamento através da **EMISSORA**, ainda que através de outras sociedades a ela vinculadas, à exceção dos investimentos de autoprodução que realizar para consumo próprio; b) na hipótese de a acionista controladora da **EMISSORA** decidir que seus investimentos nos setores de energia elétrica e/ou gás e/ou saneamento devam ocorrer através de “holdings” setoriais, fica assegurado aos debenturistas o direito de participar nas referidas “holdings” até o limite do direito de participação que detêm na **EMISSORA**, caso convertam SUAS DEBÊNTURES; c) MANTER, ENQUANTO EXISTIREM DEBÊNTURES DESTA EMISSÃO, A RELAÇÃO ENTRE CAPITAL Próprio e capital de terceiros da **EMISSORA**, de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) para o primeiro e 60% (sessenta por cento) para o segundo. Caso a relação entre capital próprio e capital de terceiros atinja percentual inferior ao aqui estipulado, a acionista controladora da **EMISSORA** se obriga, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a adquirir tantas debêntures quantas

sejam necessárias, pelo seu valor atualizado, para, com sua conversão, repor o percentual mínimo exigido. Para efeitos do cálculo de capitalização de que trata este sub-item, não serão considerados os ativos de Usina Serra da Mesa; d) comunicar aos debenturistas, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência, qualquer emissão de ações ou de debêntures conversíveis em ações, ou ainda, de bônus de subscrição de ações. **14. 2.** No caso específico das obrigações de que trata o sub-item 14.1. (vii), seu descumprimento acarreta além do vencimento antecipado, nos termos do “caput” do sub-item 14.1., a incidência de multa no valor correspondente a 20% do valor total de liquidação das debêntures.

15. Conversibilidade: 15.1. A partir de sua integralização, as debêntures serão conversíveis, à opção dos debenturistas, em ações preferenciais classe B da **EMISSORA**, em quantidade de ações correspondente a um dos seguintes parâmetros, a critério dos debenturistas:

a) divisão do valor nominal de cada debênture pelo valor patrimonial de cada ação da **EMISSORA** na data de sua constituição, incorporados, dentre outros, os investimentos diretos e indiretos, nas empresas Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, Companhia Norte-Nordeste de Distribuição Energia Elétrica e Serra da Mesa Energia S.A., ao valor de custo de aquisição atualizado pela TJLP; ou b) a divisão do principal das debêntures, assim entendido o valor nominal não amortizado, acrescido da parcela capitalizada TJLP, pelo valor patrimonial das ações da **EMISSORA**, apurado em balanço auditado, a ser levantado na data da solicitação da conversão das debêntures em ações. Para efeito de cálculo do valor patrimonial das ações da **EMISSORA** para fins de conversão, nos termos do sub-item “15.1.b.”, não serão computados, em momento algum, os prejuízos da mesma Emissora, incorridos nos primeiros 24 (vinte e quatro) meses de exercício de suas atividades, que tenham sido decorrentes da reestruturação societária da **EMISSORA** e que venham a ser objeto de consenso entre a **EMISSORA** e os debenturistas, de acordo com as deliberações por eles adotadas em Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos do item “18” abaixo, pelo que o valor atualizado dos citados prejuízos será sempre acrescido ao valor de patrimônio líquido da **EMISSORA** para fins de determinação do respectivo valor patrimonial. Na ocorrência de amortizações, essa quantidade de ações será ajustada na mesma proporção da parcela não amortizada das debêntures. **15.2.** O número de ações decorrente da conversão das debêntures mencionadas nos sub-itens anteriores será ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data da emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos. **15.3.** No caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital decorrentes serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial da Sede da **EMISSORA** no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecido no inciso III do artigo 166 da Lei 6.404, de 15.12.76 e no Estatuto Social da **EMISSORA**. **15.4.** As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais de classe B, à época da emissão das debêntures e farão jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da **EMISSORA**, a partir da data da solicitação de conversão pelo

debenturista, e terão direito aos dividendos integrais do exercício social em que forem emitidas. **15.5.** Sempre que a **EMISSORA** aumentar seu capital com a emissão de novas ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da **EMISSORA**, ou no prazo do eventual atendimento prioritário, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 30 dias a contar da publicação do primeiro Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço fixado para a subscrição das novas ações. **15.6.** Com exceção das demais emissões de debêntures deliberadas na presente assembléia e até o vencimento final da presente emissão, caso a Assembléia Geral da **EMISSORA** delibere emitir outras debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada, os debenturistas detentores de debêntures desta emissão terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures pelo mesmo preço, igual espécie e classe da ações estipuladas para as conversões das novas emissões. **15.7.** Na hipótese de a Assembléia Geral da **EMISSORA** deliberar emitir bônus de subscrição, durante o prazo do exercício do direito de subscrição das ações decorrentes dos bônus, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço de exercício do bônus de subscrição. **15.8.** As frações de ações decorrentes da conversão efetuada com base nos sub-itens “15.5.” e “15.6.” e “15.7.” supra, serão devidas em espécie, na data da solicitação da conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o sexto dia útil subsequente, pelo seu valor nominal. **15.9.** As ações preferenciais classe B decorrentes da conversão terão as seguintes características e vantagens:

Estatutárias:

sem direito a voto;

prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução da sociedade;

direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maiores do que aqueles atribuídos às ações ordinárias; as ações participarão dos dividendos integrais do exercício em que forem emitidas;

direito de, à opção de seu titular, ser convertida em ação preferencial de classe A e/ou em ação ordinária.

Decorrentes da Emissão de Debêntures:

farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da **EMISSORA**, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista, e,

farão jus aos dividendos do exercício em que ocorrer a solicitação de conversão, observada a regra acima estabelecida.

15.10. Os debenturistas que optarem pela conversão de suas debêntures deverão apresentar solicitação escrita nesse sentido, nas agências da instituição financeira prestadora do serviço aos debenturistas ou em outro local que a **EMISSORA** venha a indicar. **15.11.** Para todos os efeitos, a data da conversão das debêntures será a data do recebimento da solicitação pela **EMISSORA** ou, se for o caso, pelo depositário das debêntures, com a simultânea transferência das debêntures a serem convertidas. **15.12.** A **EMISSORA** pagará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o valor correspondente aos juros remuneratórios, calculados *pro rata tempore*, sobre o valor do principal das debêntures, deduzidas as amortizações, calculados até a data de seu efetivo pagamento.

16. Obrigações Especiais da Acionista Controladora: **16.1.** A acionista controladora da **EMITENTE** se compromete, desde já, a promover, até o 48º (quadragésimo oitavo) mês, contado da data de emissão das debêntures, a negociação de ações preferenciais classe A em Bolsa de Valores, mediante uma das seguintes alternativas: a) deliberação de aumento do capital da **EMITENTE** mediante a emissão para a distribuição pública de ações preferenciais classe A com garantia firme prestada por banco de primeira linha para a totalidade da emissão em quantidade correspondente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) da quantidade de ações passível de ser emitida em decorrência da conversão das debêntures desta emissão, com exclusão do direito de preferência ou de qualquer procedimento de preferência aos acionistas, devendo a definição do preço de emissão ser precedida de processo de “book building”, ou B) oferta, em leilão público, de ações preferenciais classe A de sua propriedade, em quantidade no mínimo, correspondente a 20% (vinte por cento) das ações passíveis de emissão por conversão das debêntures desta emissão. **16.2.** A distribuição das ações deverá ser antecedida da celebração de Contato de Garantia Firme da totalidade das ações com o preço mínimo de venda definido por processo de “book building”. **16.3.** No caso de insuficiência ou inexistência de ações preferenciais classe “A”, de titularidade da acionista controladora da **EMITENTE**, fica admitida a deliberação de bonificação em ações preferenciais classe “A”, para o atendimento desta obrigação, preservando-se a mesma relação entre as ações objeto da oferta pública e as ações passíveis de emissão pela conversão das debêntures, após os ajustes decorrentes da bonificação. **16.4.** A **EMITENTE** e sua acionista controladora, ofertantes das ações mencionadas nas letras “a” e “b” do sub-item 16.1. acima, em instrumento apartado, nomeiam o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES como seu bastante procurador para efetivar a alienação das ações, podendo, para tanto, firmar documentos, contratos, receber e dar quitação, podendo praticar todos os demais atos para o fiel cumprimento do referido mandato. **16.5.** As condições estipuladas nesta cláusula somente serão imputadas à primeira oferta pública de ações da **EMITENTE**, observado o prazo de 48 meses definido no sub-item 16.1. **16.6.** Em caso de descumprimento das obrigações especiais da acionista controladora da **EMITENTE**, na forma do previsto neste item, ficam prevalecendo as seguintes condições para a presente emissão: a) **PRÊMIO DE REEMBOLSO** - As debêntures farão jus a prêmio de 20% do saldo devedor das debêntures a ser capitalizado e pago juntamente com as amortizações programadas previstas no sub item “16.6.d.”

VENCIMENTO: As debêntures passarão a ter prazo de 6(seis) anos, a contar da data da sua emissão. C) **JUROS REMUNERATÓRIOS:** Observado o disposto na alínea a) acima, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês, as debêntures serão remuneradas com o “spread” de 8% (oito por cento) ao ano acima da TJLP, calculados sobre o seu valor nominal acrescido da parcela capitalizada da TJLP. d) **AMORTIZAÇÕES PROGRAMADAS:** As debêntures terão o seu principal amortizado em duas parcelas iguais, vencendo-se a primeira no sexagésimo mês e, a última, no septuagésimo segundo mês contados da data de sua emissão; e) **CONVERSIBILIDADE EM AÇÕES ORDINÁRIAS:** À opção do debenturista, poderão as debêntures ser convertidas em ações preferenciais de classe B, e de ações preferencias de classe B em ações ordinárias da **EMITENTE**. A conversibilidade de ações preferenciais de classe B em ações ordinárias só se aplica na hipótese de descumprimento das obrigações de que trata este item. Na conversão de ações preferenciais de classe B em ações ordinárias da **EMITENTE**, o debenturista não fará jus ao Prêmio de Reembolso definido no sub-item 16.6.a. **16.7.** A **EMITENTE** pagará *pro rata tempore* os juros remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses de conversões de debêntures em ações, amortizações, resgates e vencimento antecipado.

17. Resgate Antecipado Facultativo: A **EMITENTE** desde já renuncia expressamente a qualquer resgate antecipado durante a vigência das debêntures desta emissão.

18. Assembléia Geral dos Debenturistas: **18.1.** Os titulares das debêntures se reunirão em assembléia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas. **18.2.** A assembléia pode ser convocada pela **EMISSORA** e por debenturistas que representem 10 % (dez por cento), no mínimo, das debêntures em circulação. **18.3.** A assembléia geral se instalará com o quorum previsto no artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei nº 6.404/76, que deliberará pelo voto de debenturistas que representem 50 % (cinquenta por cento), no mínimo, das debêntures em circulação. **18.4.** A presidência da assembléia caberá, conforme quem a tenha convocado, respectivamente, ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, ao Presidente do Conselho de Administração da **EMISSORA**, ao debenturista eleito pelos portadores de títulos, ou àquele que for designado pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. **18.5.** Em qualquer caso, o agente fiduciário comparecerá às assembléias dos debenturistas, prestando-lhes as informações que a ele forem solicitadas. **18.6.** Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo 126 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. **18.7.** Quaisquer modificações nas condições das debêntures objeto da presente emissão dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação. **18.8.** Para efeito de constituição do quorum a que se refere esta cláusula, serão excluídas do número de debêntures em circulação as eventualmente pertencentes à companhia emissora.

19. Fiança - A emissão é garantida pela fiança de **VBC ENERGIA S.A.**, que se obriga, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a **EMISSORA**, de forma irrevogável e irretratável, com renúncia expressa ao benefício de ordem e aos benefícios dos arts. 1501 a 1503 do Código Civil, pelo pagamento, na data de seu vencimento, do valor nominal de cada uma das debêntures, acrescido dos rendimentos

e encargos moratórios contratados, bem como pela liquidação de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias, assumidas pela **EMISSORA** nos termos desta emissão.

20. Prorrogação dos prazos - Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo a qualquer título aos valores a serem pagos.

21. Decadência dos direitos aos acréscimos - O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da **EMISSORA**, nas datas previstas, ou em comunicação publicada pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de juros e atualização monetária, no período relativo ao atraso do recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

22. Local de pagamento - Os pagamento referentes ao principal e rendimentos a que fazem jus as debêntures desta emissão serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou ainda, em Instituição Financeira contratada para este fim pela **EMISSORA**.

23. Publicidade - Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, nos jornais utilizados pela **EMISSORA** para as suas publicações.

V - DECLARAÇÕES DA EMISSORA

A **EMISSORA** declara e garante, sem qualquer ressalva ou restrição, sob as penas da lei:

- (i) ser uma sociedade devidamente constituída e com existência válida, de acordo com as leis vigentes no Brasil, e que obteve todas as autorizações societárias necessárias para celebrar os negócios objeto deste instrumento e emitir as debêntures;
- (ii) que os signatários desta escritura de emissão e de todos os documentos a ela anexos estão devidamente autorizadas a representá-la;

VI - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA EMISSORA

A **EMISSORA** obriga-se a: a) manter atualizado o registro necessário junto à **CVM - Comissão de Valores Mobiliários**; b) manter auditoria externa enquanto as debêntures não tiverem sido resgatadas; c) proceder à adequada publicidade dos

dados econômico-financeiros resultantes de atos de sua gestão, nos termos da lei nº 6.404/76, promovendo a publicação dos seguintes documentos: c.1.) balanço patrimonial; c.2.) demonstração de lucros ou prejuízos acumulados; c.3.) demonstração do resultado do exercício; c.4.) demonstração das origens e aplicações de recursos; c.5.) parecer de auditoria externa, quando se tratar de balanço do exercício; d) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício; e) enviar ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** cópia das demonstrações financeiros anuais e do parecer da auditoria tão logo esses documentos tenham sido produzidos; f) fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, em um prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da solicitação, cópia de qualquer outro documento ou informação que possa ser relevante para a defesa dos debenturistas, podendo o referido prazo ser prorrogado se a **EMISSORA** demonstrar ser impossível atendê-lo; g) apresentar ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas.

VII - AGENTE FIDUCIÁRIO

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., acima qualificada, intervém na presente Escritura de Emissão para declarar que aceita a nomeação e que, nos termos da lei e da presente escritura, representará a comunhão dos titulares das debêntures perante a **EMISSORA**.

Viii - remuneração do agente fiduciário

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** receberá, por todos os serviços que prestar, uma remuneração de :

- (i) R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de implantação dos serviços, a serem pagos quando da assinatura da presente escritura de emissão;
- (ii) Parcelas anuais de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com pagamento trimestrais de R\$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais), vencendo-se a primeira parcela no primeiro (1º) dia útil do mês seguinte ao da obtenção do registro da emissão na Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- (iii) As parcelas de que trata o item (ii) acima serão atualizadas, a partir da data de assinatura da presente escritura de emissão, a cada 12 (doze) meses, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado no respectivo período.

A remuneração como acima explicitada não inclui: (a) as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a

serem cobertas pela **EMISSORA**, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, após prévia aprovação; (b) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela **EMISSORA**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na hipótese da **EMISSORA** PERMANECER EM INADIMPLÊNCIA COM RELAÇÃO AO PAGAMENTO Desta por um período superior a 60 (sessenta) dias; e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão; f) Sobre as parcelas da remuneração acima definida incidirão os seguintes impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

IX - SUBSTITUIÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá, a qualquer tempo, ser substituído em suas funções, nos seguintes casos: a) deliberação da assembléia, por debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação; b) ato da **CVM Comissão de Valores Mobiliários**. Na hipótese de o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, por motivo superveniente a esta escritura, não poder continuar a exercer as suas funções, ele deverá comunicar imediatamente tal impedimento aos debenturistas, pedindo a sua substituição. Na hipótese de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a mesma será formalizada mediante aditivo ao presente instrumento.

X - DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em lei, constituem deveres do **AGENTE FIDUCIÁRIO** : 1 - proteger os direitos e interesses dos debenturistas, com a mesma cautela e diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens; 2 - praticar privativamente todos e quaisquer atos relativos ao exercício dos direitos consubstanciados nos títulos, cujos efeitos interessam aos debenturistas; 3 - elaborar relatório anual, dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, em que declarará sobre a sua aptidão para permanecer no exercício de suas funções, informando sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício e que interessem aos debenturistas; 4 - notificar os debenturistas, no prazo máximo de 90 dias, contados do evento, qualquer inadimplemento, pela **EMISSORA**, de obrigações assumidas no presente instrumento e

5 - todas as demais obrigações e atribuições previstas neste instrumento, especialmente aquelas a que se refere o item “18” (e seus sub-itens) da Cláusula Quarta, da presente escritura. O relatório anual do **AGENTE FIDUCIÁRIO** será publicado, no prazo acima indicado, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal habitualmente utilizado pela Emissora, observado ainda, quanto a essa publicação, no que couber, a regra estabelecida no parágrafo 3º do artigo 289 da Lei nº 6.404/76. O inteiro teor do relatório anual do **AGENTE FIDUCIÁRIO** estará à disposição de qualquer interessado no escritório do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na rua Sete de Setembro, nº 99/16º andar. A notificação a que se refere o item “4” acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal habitualmente utilizado pela **EMISSORA**, observado, também, se cabível, a regra estabelecida no parágrafo 3º do artigo 289 da Lei nº 6.404/76, e discriminará as providências judiciais ou extrajudiciais que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tomou ou irá tomar para proteger os interesses dos debenturistas.

XI - ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** usará de quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados, para proteção e defesa dos interesses dos debenturistas e da realização de seus créditos, sendo-lhe especialmente facultado no caso de inadimplemento da **EMISSORA**: 1. declarar antecipadamente vencidas as debêntures, cobrando principal e acessório; 2. requerer a falência da **EMISSORA**; 3. representar os debenturistas em processos de falência ou concordata da **EMISSORA**; 4. tomar as providências necessárias à eventual realização da assembléia dos debenturistas e 5. outras providências previstas na presente escritura, especialmente aquelas referidas no item “18” (e seus sub-itens), da cláusula quarta. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista no item 1 acima na ocorrência das seguintes hipóteses: a) - inadimplemento de qualquer obrigação decorrente da presente escritura; b) - se a **EMISSORA** requerer sua concordata preventiva ou tiver sua falência decretada. O eventual não exercício pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, de qualquer dos procedimentos previstos nesta Cláusula não consistirá novação, e não impedirá que o mesmo venha a exercê-los, em qualquer momento, a seu exclusivo critério.

XII - DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Correrão por conta da **EMISSORA** as despesas com publicações que, por força de lei ou desta Escritura, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tenha que proceder, obrigando-se a **EMISSORA** a fornecer antecipadamente os recursos que sejam necessários à efetivação de tais publicações. A **EMISSORA** ressarcirá também o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as demais despesas em que o mesmo tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar os seus créditos. O

ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado imediatamente após a entrega à **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos portadores dos títulos. As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes: a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; b) extração de certidões; c) eventuais levantamentos adicionais ou perícias que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ ou obscuridade na informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

XIII- RENÚNCIA

Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum eventual atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou medida, judicial ou extrajudicial, que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da **EMISSORA** não prejudicará tais direitos, faculdade ou medidas, não será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XIV - FORO

As Partes elegem, como competente para dirimir qualquer controvérsia oriunda desta Escritura de Emissão, o foro central do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que possa ser.

Estando assim as partes justas e contratadas, assinam a presente escritura particular, para que possa gerar seus regulares efeitos , a **EMISSORA**, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo.

São Paulo, 12 de dezembro de 1997

SERRA DA MESA ENERGIA S.A.

Emissora

DOC 4 PARTICIPAÇÕES S.A

Interveniente

VBC ENERGIA S.A

Interveniente

Agente fiduciário

Testemunhas:

1.

C.I nº

CPF nº

2.

C.I. Nº

CPF nº